



número 113 - Dezembro 2006

NOSSA OPINIÃO

- Redes regionais: avançando na luta contra as plantações

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Gâmbia: população rural que está no centro do manejo florestal
- Quênia: complexo da floresta de Mau ameaçado
- Uganda: companhia açucareira planeja destruir a floresta de Mabira
- Índia: camponeses resistem à tomada de terras pelo governo 'de esquerda' em Bengala Ocidental

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Camboja: conferência regional do Mekong sobre plantações de árvores
- Peru: promoção de plantações a partir de enganoso
- Brasil: Dia internacional de ação para a demarcação das terras dos indígenas Tupinikim e Guarani
- Primeiros Passos da Southern African Plantation Action Network (SAPAN)
- Camboja: povos indígenas resistem a expansão de plantações industriais de árvores
- Laos: companhias vietnamitas instalam plantações de seringueira no sul
- Uruguai: apesar de que ainda não funciona, a fábrica de celulose da Metsa Botnia já fede

FOCALIZADO NOS NEGÓCIOS DE CARBONO

- Moçambique: alerta contra a promoção de monoculturas de árvores
- Índia: florestamento para seqüestro de carbono na bica
- Uganda: o FSC não sustenta os direitos dos povos indígenas em Monte Elgon
- Colômbia: negócios de seqüestro de carbono, territórios e comunidades
- ONGs exigem a exclusão das árvores GM do MDL do Protocolo de Quioto na Convenção Climática

NOSSA OPINIÃO

- Redes regionais: avançando na luta contra as plantações

Plantações em grande escala de pinheiros, eucaliptos, dendezeiros e seringueiras estão sendo promovidos pelos governos do Camboja, China, Laos, Tailândia e do Vietnã. No entanto, os moradores afetados estão protestando abertamente contra elas. Em um encontro realizado no mês passado no Camboja nós ficamos sabendo que as comunidades locais estão se opondo firmemente a esses planos porque eles consideram que essas plantações estão invadindo suas terras e provocando impactos em seus meios de vida. Durante visitas de campo no Camboja e no Laos, pudemos testemunhar que suas florestas tinham sido derrubadas, seus arrozais de terras altas destruídos e suas terras de pastoreio ocupadas com o objetivo de abrir caminho para as plantações de monoculturas de árvores.

Do mesmo modo em que outros países do Sul estão enfrentando projetos semelhantes, as ONGs da região do Mekong têm um importante papel a desempenhar para apoiar o direito das comunidades locais de tomar suas

próprias decisões quanto ao uso de suas terras e recursos. No entanto, parece que algumas ONGs acreditam que tal oposição às plantações não é possível e que a única opção é tentar uma melhoria.

Esta hipótese é simplesmente uma mentira. Como exemplo nesse sentido, cabe mencionar que um projeto concreto de plantação- Pheapimex- foi recentemente paralisado pelas comunidades locais do Camboja. Em muitos outros casos, a expansão das plantações tem sido detida ou muito reduzida- tal como na Tailândia e recentemente no Equador- em decorrência da oposição organizada.

As lutas no nível local têm sido fortalecidas por um conjunto de atividades desenvolvidas durante muitos anos por povos e organizações ao redor do mundo que apoiaram as comunidades locais, geraram conscientização, divulgaram informações e análises, realizaram pesquisas, pressionaram governos e instituições internacionais e organizaram campanhas contra as monoculturas de árvores em grande escala.

Apesar de a oposição no nível local constituir o necessário ponto de partida, é evidente que o poder combinado de governos e companhias- auxiliadas por um grande número de “especialistas” e agências de “ajuda”- exige movimentos de oposição fortes e que isso implica a necessidade de criar redes amplas nos níveis nacional, regional e internacional.

Essas redes já existem em muitos países do Sul e houve um desenvolvimento recente com a criação de redes regionais tanto formais quanto informais que se opõem às plantações na África, Ásia e na América Latina.

No caso da América Latina, a Rede contra as Plantações de monoculturas de árvores foi criada no Fórum Social Mundial em janeiro de 2003 e atualmente está liderando campanhas em quase todos os países da região.

A respeito da Ásia, foram realizados dois encontros- um deles na Tailândia em 2003 e o outro no Camboja no mês passado- com representantes das organizações que trabalham na região do Mekong, do qual surgiram acordos para um trabalho conjunto de oposição à expansão das plantações (vide artigo abaixo “Camboja: Conferência Regional do Mekong sobre Plantações de Árvores”).

Na África, aqueles que fazem campanhas antiplantações na África do Sul estão trabalhando atualmente em estreita colaboração com organizações da Swazilândia e Moçambique e estabelecendo contatos com organizações de outros países africanos onde as plantações já existem ou estão sendo promovidas. (vide artigos abaixo sobre África do Sul e Moçambique).

As pessoas que participam dessas redes estão convencidas que as plantações podem ser paralisadas efetivamente e- apesar das dificuldades- estão trabalhando ativamente para atingir tal objetivo. A criação de redes regionais constitui um importante avanço nesta luta e seu sucesso dependerá em última instância da capacidade para criar amplos movimentos populares contra as plantações. Se esse objetivo for atingido, as plantações serão detidas sem sombra de dúvidas.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Gâmbia: população rural que está no centro do manejo florestal**

A Gâmbia é um país pequeno (10.000 km²) e economicamente pobre que enfrenta um conjunto de problemas sociais e ambientais. Desses últimos, o desmatamento é provavelmente o problema que supõe a maior ameaça tanto para as pessoas quanto para o ambiente. Até o início do século XX, a Gâmbia tinha uma cobertura de densas florestas. Em 1981, cerca de 430.000 ha (45% do total de área terrestre) eram classificadas como floresta. Em 1988, a cifra despencou a cerca de 340.000 ha (30% da área terrestre). Adicionalmente, a degradação da condição da floresta é

tão séria que a maior parte das densas florestas têm desaparecido deixando apenas uma savana de árvores e arbustos de baixa qualidade.

Por isso, resulta interessante ver como a Gâmbia- com recursos financeiros muito limitados- está enfrentando atualmente o problema com uma abordagem centrada nas pessoas. A esse respeito, o Departamento Florestal tem desenvolvido o "Conceito Gambiano de Manejo Florestal" (GFMC, sigla em inglês), que norteia todas suas atividades.

Algumas citações do documento do GFMC servem para ilustrar uma mudança importante nas conhecidas abordagens florestais:

- " A administração florestal e os funcionários florestais devem ver além das árvores e preocupar-se mais com as pessoas e o potencial uso múltiplo das terras florestais. A abordagem tradicional dos especialistas florestais precisa ser ampliada em prol do envolvimento da população rural no manejo e uso racional de suas florestas".
- "As decisões sobre o uso da terra não podem ser tomadas apenas conforme as perspectivas dos especialistas florestais, devem levar em consideração o desenvolvimento populacional, a necessidade por terras agrícolas, etc."
- "O objetivo do manejo florestal deve ser orientado mais para o pastoreio antes de ser focalizado apenas na proteção ou na produção de madeira e outros produtos florestais".
- "A função do pessoal florestal tem passado de ser guardião a ser parceiro no manejo".

O GFMC coloca a população rural no centro do manejo florestal. Em consequência, tem abordagens participativas a fim de a população local estar integralmente envolvida no planejamento, tomada de decisões, organização e administração. A introdução do Florestamento Comunitário surgiu, de fato, porque o Departamento Florestal compreendeu a futilidade de seus esforços para proteger as florestas sem o envolvimento comprometido da comunidade local.

A introdução e aplicação do florestamento comunitário provou que é um processo de construção de confiança e que leva muito tempo para criar um senso de propriedade da floresta entre os moradores devido a um profundo receio quanto às ações e políticas governamentais conforme a experiência passada.

Uma das condições fundamentais que uma comunidade deve satisfazer antes de ser estabelecido um Acordo de Manejo Florestal Comunitário com o Departamento Florestal é a criação de um Comitê Florestal em nível do povoado. Esse comitê será responsável por toda a organização do trabalho no nível do povoado.

Basicamente, a implementação de florestamento comunitário tem tres fases: uma preparatória, durante a qual as comunidades preparam o manejo florestal; uma preliminar, durante a qual as comunidades demonstram sua capacidade para manejar e proteger a floresta; e uma de consolidação durante a qual as comunidades ganham mais habilidades técnicas e de manejo objetivando o auto- manejo.

Quando o processo é completado, um Acordo de Manejo Florestal Comunitário (CFMA, sigla em inglês) é estabelecido entre a comunidade e o Departamento Florestal através do qual são concedidos os direitos de propriedade permanente sobre a floresta claramente demarcada a uma comunidade ou várias. Com o CFMA, as comunidades têm direito a conservar os benefícios decorrentes de suas florestas. A única condição anexa ao CFMA é o fato de manejar os recursos da floresta conforme um simples plano de manejo.

A experiência gambiana parece tão interessante que a Secretaria do WRM decidiu que seria útil visitar o país. Portanto, entramos em contato com o Diretor do Departamento Florestal- o senhor Jato S.Sillah- que amavelmente organizou um conjunto de visitas às florestas comunitárias bem como entrevistas com o pessoal pertinente do

departamento. O que vimos e ouvimos coincide basicamente com a política florestal declarada.

Visitamos várias florestas comunitárias e falamos com integrantes dos comitês das florestas comunitárias que nos explicaram os numerosos benefícios que estavam recebendo dos diferentes usos florestais. Tivemos um encontro com membros da Associação Nacional de Apicultores que nos explicaram como essa atividade ajuda na prevenção de incêndios florestais e nas rendas crescentes do povo rural (vide <http://www.wrm.org.uy/bulletin/107/Gambia.html>). Vimos especialistas florestais sem uniformes interagindo, de igual para igual, com os integrantes da comunidade. Vimos cartazes nas florestas comunitárias com a legenda "pastoreio permitido". O pessoal florestal explicou a simplicidade burocrática para conseguir o status de floresta comunitária. Desde o Diretor do Departamento Florestal até o pessoal de campo, todos pareciam verdadeiramente convencidos do conceito gambiano e engajados na sua implementação.

É evidente que uma visita curta a umas poucas áreas de um país não pode, de jeito nenhum, provar nada. Contudo, essa experiência parece ser um importante passo na direção certa e ter um potencial para ser reaplicada em outros países que enfrentam problemas similares. Provavelmente seja necessária uma pesquisa maior para avaliar a realidade na prática, mas o marco conceitual não apenas faz sentido sob uma perspectiva de conservação de florestas como também sob uma perspectiva social e econômica.

Artigo baseado em informações obtidas de: Gambian Forest Management Concept (GFMC). Version 2. Draft , maio de 2001 <http://www.wrm.org.uy/countries/Gambia/GambiaGFMC.pdf> Community Forest Ownership: Key to Sustainable Forest Resource Management. The Gambian Experience <http://www.wrm.org.uy/countries/Gambia/GambianExperience.html> e viagem à Gambia de Ricardo Carrere em junho de 2006.

início

- Quênia: complexo da floresta de Mau ameaçado

A perda de cobertura florestal no Quênia tem contribuído para diminuir os meios de sustentação de muitos quenianos, causada pela redução na produtividade da terra, a fome e a seca. A atual seca experimentada no país em 2005/2006 é um exemplo disso. Informou-se de mortes de gado em grande escala e em muitos locais, testemunharam-se casos de conflito sobre o uso dos recursos, levando à perda de vidas humanas.

Apesar de que a maior parte das florestas do Quênia têm sido dizimadas pela degradação entre outros fatores, a cobertura das florestas do Complexo de Mau e particularmente a da Floresta de Maasai Mau tem sido a mais afetada e tem retrocedido drasticamente no tempo.

O Complexo de Mau, a maior floresta do Quênia cobre aproximadamente 400.000 hectares. Acha-se entre 2.000 m e 2.600 m sobre o nível do mar na ladeira ocidental da Escarpa de Mau e está localizada a aproximadamente 250 km de Nairobi e limita com Kericho no Oeste, Nakuro no Norte e Narok no Sul. Abrange Mau do Sudoeste, Mau Leste, Transmara, Mau Narok, Maasai Mau, Mau Ocidental e Mau Sul. Esses sete blocos de floresta se fusionam para formar o maior Complexo da floresta de Mau. De todos esses blocos, somente Maasai Mau não está declarada área protegida.

Como floresta de montanha, o Complexo de Mau é uma das cinco principais "torres de água" do Quênia com o Monte Quênia, a Cadeia Aberdare, o Monte Elgon, e as colinas Cherangani que formam as áreas de captação superiores de todos (com exceção de um) os principais rios no oeste do Vale de Rift. Alimenta grandes lagos, três dos quais são transfronteiriços.

As florestas do sul do Complexo de Mau são ricas em diversidade biológica em termos de fauna e flora. Albergam

animais ungulados como o antílope bongo e o cabrito de lombo amarelo; carnívoros, incluindo o gato dourado e o leopardo; e o elefante das florestas. A floresta de Maasai Mau, em particular, abrange grandes porções de florestas de cedro e de podocarpaceas com clareiras naturais espalhadas.

Uma grande maioria da população do Quênia mora na bacia do Lago Victoria. Essa região é atravessada por grandes rios que fluem do Complexo de Mau. A água das florestas de Mau abastece mais de 4 milhões de pessoas que habitam mais de 578 locais no Quênia e vários locais no Norte da Tanzânia. Além disso, o Complexo de Mau fornece fluxo fluvial contínuo e condições microclimáticas favoráveis –que são essenciais para a produção de cultivos- bem como muitos produtos incluindo plantas medicinais, lenha e pastagem.

A floresta alberga à Comunidade Ogiek, que desde épocas imemoriais até agora habitou predominantemente a floresta de Mau na província do Vale de Rift e até a década de 50 tinha estado subsistindo da caça sustentável de animais selvagens e colheita de frutos silvestres. Em decorrência das leis, políticas e o rápido espalhamento da religião e educação ocidentais, os Ogieks têm perdido suas culturas, tradições e territórios. Agora praticam agricultura e criação de gado em pequena escala. A floresta de Mau também é vital para os Maasai pastores, que pastam seus animais lá durante as estações de seca.

Mais de 46.000 hectares têm sido cortados para converter a floresta para outros usos alternativos da terra, como o assentamento e a agricultura durante a passada década. O impacto do desmatamento massivo resultante causado por fatores que incluem a invasão em grande escala, produção de carvão, corte de árvores indígenas, já está tendo tremendos impactos sobre os recursos aquáticos, secando poços e rios.

A floresta de Maasai Mau, com 46.278 hectares, é um ativo natural importantíssimo em termos de captação de água, regulação de microclima, diversidade biológica. Entre 1986-2003, tem sofrido uma perda de 20.330 hectares. Em um Relatório de Situação de 2005, o levantamento aéreo mostra que aproximadamente 11.095 hectares na parte oeste da Floresta de Maasai Mau (Distrito de Narok Sul) foram destruídos o fortemente atingidos pelos assentamentos. No momento do levantamento a floresta estava sendo cortada ativamente, com numerosos bulções de fumaça saindo do dossel da floresta remanescente.

A cisão da floresta para assentamento é um problema complexo. Às vezes, as florestas são divididas proposadamente para reassentar famílias que foram forçadas a deslocar-se de florestas vizinhas. O reassentamento –a maioria das vezes- é levado a cabo sem a participação das comunidades locais com o resultado de que são distribuídas em pequenas parcelas enquanto os poderosos –apropriadores, madeireiros e queimadores de carvão bem conectados- apropriam-se da maior parte da terra (ver Boletim Nº 55 do WRM).

Artigo baseado em informação de: "Mau Complex Under Siege. Continuous destruction of Kenya's largest forest", UNEP, Kenya Wildlife Service, KFWG, junho de 2005; "Maasai Mau Forest Status Report 2005", UNEP, Kenya Wildlife Service, KFWG, e Ewaso Ngiro South Development Authority; "Article 2 of the African Charter and the Ogiek: challenges and way forward", Kanyinke Sena, enviado pelo autor, e-mail: kanyinke@yahoo.com; "Mau Forest Complex On The Spotlight", Ogiek Welfare Council, foro para Friends of Peoples close to Nature, <http://build.blodeuwedd.org/?q=node/288>

[início](#)

- Uganda: companhia açucareira planeja destruir a floresta de Mabira

Uma companhia açucareira ugandense planeja expandir suas propriedades açucareiras, destruindo 7.000 hectares ou quase um terço da floresta de Mabira, uma das poucas florestas intactas remanescentes que rodeiam as margens do Lago Victoria, que alberga espécies únicas de macacos e pássaros.

O plano tem resultado muito controvertível por ameaçar centenas de espécies únicas confinadas a lotes decrescentes de floresta tropical e pode afetar as chuvas em uma região que já sofre de seca relacionada com a mudança climática.

O presidente Yoweri Museveni ordenou uma avaliação em agosto da viabilidade de entregar um quarto da reserva florestal protegida de Mabira à companhia privada Sugar Corporation of Uganda (Scoul), uma das maiores companhias açucareiras de Uganda, para que seja cortada com o fim de ampliar sua vizinha plantação de açúcar. De acordo com uma cita de Museveni na imprensa local, a indústria deve ter a prioridade. "É mais fácil plantar florestas do que construir indústrias", disse ele para New Vision, que é administrada pelo Estado. "Se a gente tem fábricas, é possível obter os fundos para conservar o meio ambiente." (!)

A ação escandalizou os parlamentares, os residentes de Mabira e os funcionários da Autoridade Florestal Nacional (NFA), que dizem que o custo ambiental de destruir um dos últimos lotes remanescentes de floresta natural da Uganda seria incalculável. Mas o governo diz que os empregos extra ultrapassarão as perdas causadas pela remoção da floresta.

"Vocês não podem cortar a floresta. Perderíamos nossas vidas" disse John Kasule, de 50 anos, que mora fora da reserva. "A floresta traz chuva, colhemos lenha daí, a usamos para construir casas e fazer cordas. Há 40 tipos de medicina que perderíamos" disse ele, apontando para uma espessa maranha verde de árvores e densas trepadeiras que se estendiam na distância.

A floresta absorve a poluição em uma área industrial, sumindo milhões de toneladas de dióxido de carbono e ajuda a manter o clima úmido de Uganda central –removê-la traria clima seco, afetando a produção dos cultivos, disse um relatório da NFA. "Mabira é um manancial para dois rios que são afluentes do Nilo, um estabilizador ecológico entre duas grandes cidades industriais e protege o Lago Victoria" disse o porta-voz da NFA Gaster Kiyingi.

"Em vez de ser negativos ... necessitamos plantar mais árvores" disse a Ministra do Meio Ambiente Maria Mutagmba. Mas outros discordam. "Por quantos anos têm os silvicultores estado fazendo pesquisas sobre como regenerar a floresta tropical? Não sabemos por onde começar" disse Jacovelli. "Uma floresta tropical com centenas de espécies é impossível de replantar. Depois de destruída, já não há volta atrás."

Artigo baseado em: "EU Scheme Cuts Uganda Sugar Funding in Forest Row", 16 de novembro de 2006, e "Plan To Axe Ugandan Forest For Sugar Sparks Anger", 29 de novembro de 2006, por Tim Cocks, Reuters News Service, enviado por Andrew Boswell, a_boswell_2004@yahoo.co.uk

[início](#)

- Índia: camponeses resistem à tomada de terras pelo governo 'de esquerda' em Bengala Ocidental

A província indiana de Bengala Ocidental possui o singular recorde de estar governada pelo mais antigo 'governo de esquerda eleito democraticamente' no país e também no mundo inteiro, como a esquerda nunca deixa de apontar.

A violência impôs-se nesse estado 'de esquerda' e o terror se desencadeou contra os camponeses, trabalhadores agrícolas e pequenos comerciantes em Singur, uma área agrícola localizada na fértil bacia do Rio Ganga.

Bengala Ocidental possui algumas das áreas agrícolas mais produtivas no subcontinente indiano, especialmente as vastas planícies verdes banhadas pelo rio Ganga e centenas de seus afluentes. O verde provém dos grandes cultivos de arroz que tradicionalmente dominaram a paisagem bengali durante a maioria dos passados 2000 anos. Um longo período no que os exércitos armados vieram e foram, os britânicos construíram seu império e desapareceram, o nacionalismo indiano nasceu e degenerou em um pretexto para a exploração –a esquerda tinha de

fato rotulado de 'falsa' a liberdade política da Índia. Em 1948 o Partido Comunista da Índia fez um chamamento para uma revolução armada desde Bengala. A revolução fracassou e muitas das lutas que a precederam e a seguiram centralizaram-se ao redor do verdor da bacia do Ganga. A palavra Dhan (termo bengali para o arroz) transformou-se em uma palavra sinônima de luta, ao redor da qual as pessoas se mobilizavam e lutavam com foices, arcos e setas, e resistiram aos terratenentes feudais e camponeses ricos, e iniciou o caminho para uma nova ordem social. Em apenas 30 anos desde a independência do país, o partido Comunista sobreviveu reiteradas divisões –e severa repressão do estado- para emergir como a força política prevalecente em Bengala.

As lutas pela terra lideradas pela esquerda e a esquerda mais radical absorveram Bengala na década de 60 e 70 e finalmente ajudaram aos melhores organizados a chegar ao poder. A população pobre do meio rural, formada por pequenos camponeses e agricultores marginais, trabalhadores agrícolas e meeiros formou a base de apoio mais forte do recentemente eleito Governo da Frente de Esquerda. Depois de chegar ao poder, o Governo tentou cumprir com seus votantes e iniciou medidas de reforma agrária como redistribuição de terras excedentes e um processo muito necessário de registro de bargadaars (arrendatários e meeiros, aqueles que trabalhavam as terras de outros através de acordos orais). Essas reformas tiveram um impacto positivo sobre a economia da região e a produção agrícola no estado inteiro aumentou muito enquanto grandes quantidades de novas terras eram liberadas e sujeitavam-se a cultivo.

Os campos verdes de Bengala dominaram a economia e a política da província e permitiram que a esquerda usufruísse um reinado contínuo por 30 anos. Foram 30 anos cheios de acontecimentos nos que a iconografia e a retórica políticas da esquerda sofreram significativas mudanças no mundo inteiro e as revoluções e lutas aguerridas pela terra deixaram de estar na moda em muitas das antigas sociedades socialistas. O estado da URSS murchou-se; a República Popular da China, pelo contrário, desenvolveu uma economia capitalista dentro de um estado socialista 'reformado', e em muitos outros países os comunistas se transformaram em socialdemocratas e outros retalhos 'moderados' de esquerda. No entanto, esses tumultuosos eventos não conseguiram mudar a esquerda bengali. Os 'comunistas' no poder ainda juram por Stalin, adoram Fidel, dão a Hugo Chavez boas vindas de herói e celebram as vitórias eleitorais da esquerda na América Latina. Observando os cartazes vermelhos e as bandeiras com a foice e o martelo que estão geralmente exibidos em todo lugar, parece que nada tem mudado.

Mas, além da fachada vermelha e a retórica, tudo mudou. A inexorável força destruidora da globalização e o 'livre' mercado se instalaram, os shopping centers e as amplas rodovias substituíram as favelas e os 'comunistas' metamorfosearam-se em um grupo voraz de especuladores, empreiteiros e intermediários de terras. O Governo virou pragmático e começou a cortejar os capitalistas em público, sendo a lógica política por trás disso que na época do capital global, o socialismo somente pode construir-se através do desenvolvimento do capitalismo! Além disso, sempre devemos emular a China e seus enormes avanços para o desenvolvimento.

A última instância desse socialismo através do capitalismo é Singur, onde o governo adquiriu pela força aproximadamente 1000 acres de excelentes terras agrícolas para a fábrica de carros de baixo custo proposta do grupo Tata. A polícia utilizada pelo Governo de 'Esquerda' perdeu as estribeiras nas aldeias de Singur, no processo de 'suavizar' a aquisição da terra. Em um incidente que lembra muito a massacre de Kalinganagar (13 indígenas foram mortos em tiroteio da polícia enquanto resistiam ao cercado de suas terras pelo mesmo grupo Tata) na província vizinha de Orissa no começo deste ano, a polícia lançou mão da violência quando os granjeiros e os trabalhadores agrícolas locais resistiram a apropriação física e a tentativa de cercar com arame farpado terras agrícolas férteis. Um grande contingente policial ingressou às residências das pessoas e bateu em todos os presentes. As mulheres foram abusadas fisicamente e nem as crianças nem os velhos doentes foram poupados. Alguns celeiros e campos foram incendiados. Muitas pessoas foram feridas e mais de 50 foram prendidas. A resistência e a violência continuaram durante todo o dia, a maioria do que foi transmitido ao vivo por canais de TV regionais.

A Polícia isolou Singur e áreas vizinhas depois do incidente de 2 de dezembro e não deixou que ninguém entrasse,

incluindo a reconhecida ativista social Medha Patkar. Os líderes (marxistas) do Partido Comunista da Índia, incluindo o Ministro Chefe Buddhadev Bhattacharya defenderam publicamente a ação da polícia dizendo que o incidente era apenas mais outro show da ultra esquerda e que a aquisição de terras e a construção da fábrica da TATA continuaria normalmente.

Protestações espontâneas contra a brutalidade da polícia continuam afetando Bengala e em Singur, camponeses e trabalhadores agrícolas ainda continuam em jejum. A escala e a intensidade das protestações populares tem colocado o Governo à defensiva e agora acusa à oposição de calúnias e 'desinformação'. A área não é tão fértil assim, aponta a mídia controlada pelo governo e o estado adquiriu apenas terras com monoculturas ou alqueivadas. O Governo insiste em que a fábrica de carros e os capitalistas 'nacionais' socialmente responsáveis como a Tata levarão ao desenvolvimento do povo.

Por que precisa uma fábrica de carros tanta terra agrícola? Quantas famílias deslocaria diretamente o projeto? Que extensão da terra adquirida é de monoculturas? Quantos são os trabalhadores agrícolas e bargadaars não registrados na área do projeto? O Governo se nega a dar respostas precisas.

Os fatos oficiais, ou sua falta, mostram que o Governo, em seu compromisso com o capital, o mercado e a globalização decidiram sacrificar a realidade em troca de seus desejos e assumiu o 'desafio' de continuar com o projeto. Esse 'desafio' significa ignorar a própria existência real de vários milhares de famílias que dependem dessa terra: trabalhadores sem terra; trabalhadores agrícolas tribais sazonais; operadores de fretes em bicicleta e pequenos transportadores; comerciantes que compram, transportam e vendem produtos agrícolas para distantes mercados por atacado; artesãos; e outros envolvidos em diferentes ocupações. A indenização pode parcialmente compensar o custo da terra dos proprietários mas quem pode compensar a perda de seus meios de vida?

Com policiais armados e forças de ação rápida rondando, importantes preocupações e perguntas sobre Singur sem respostas, o Governo de Bengala se prepara para outros projetos que incluem entregar vários milhares de acres de terras agrícolas em Bhangar (perto de Calcuta), para o Grupo Salim da Indonésia, acérrimo partidário do infame Regime Suharto que matou milhares de comunistas indonésios. Outra porção de terra seria entregue a Jindals para estabelecer uma fábrica de aço em áreas de floresta no sudoeste de Bengala. Em áreas costeiras do sudoeste de Bengala, o Governo está prestes a avançar com uma Central Nuclear de 10.000 Megawatts, que deslocaria mais de 200.000 camponeses, trabalhadores agrícolas e pescadores. Esse último, se fossemos acreditar no Governo bengali e na administração Bush é um projeto de solução da crise climática, e limpo!

Resulta irônico que esse ataque general ao meio ambiente de Bengala, sua economia e povo seja liderado pela esquerda que, fora de Bengala, está entre os opositores mais eloqüentes do deslocamento causado pelo desenvolvimento e da conspiração 'imperialista' para colocar à venda os recursos naturais do país. De outro lado, talvez isso tipifique a nova realidade 'reformada' de nossa época, onde o capital e o mercado abrangem todo o passado e o presente em comum e apropriam-se de conceitos familiares de subversão e oposição.

No entanto, surgem novos conceitos e as protestações sempre se renovam, contrárias às declarações do capital sobre o fim da história. Na Índia, os indígenas de Kalingangar não permitiram a entrada de ninguém da administração local nem da Tata em sua área desde a massacre. A poucos quilômetros, os aldeões resistem a aquisição da terra para um projeto de aço da transnacional grupo POSCO. Adivasis de Jharkhand exprimiram um firme não aos projetos de desenvolvimento em suas terras ancestrais. Em Bengala, os camponeses, trabalhadores e grupos da sociedade civil protestam contra modelos injustos e tirânicos de desenvolvimento. A esquerda governante de Bengala deveria levar em consideração esses sinais. A repressão fornece apenas respostas de curto prazo e potencialmente desastrosas.

Por Soumitra Ghosh, NESPON e NFFPFW, e-mail: soumitrag@gmail.com, com contribuições de Nagarik Mancha, um foro cidadão sediado em Kolkata

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Camboja: conferência regional do Mekong sobre plantações de árvores

“Nesse tempo juntos, ouvimos diretamente dos representantes das comunidades locais de doze províncias do Camboja e também de outros países da região uma descrição de como suas vidas, sustento e ambiente são afetados pelas extensas plantações em suas áreas respectivas.”

A citação acima faz parte da declaração final- a “Declaração de União”- decorrente da Conferência Regional do Mekong sobre Plantações de Árvores, realizada em Kratie, Camboja nos dias 21 e 22 de novembro de 2006. O encontro, organizado conjuntamente pelo Fórum de ONGs sobre Camboja, a Oxfam Great Britain (Camboja), a ONG ambientalista tailandesa TERRA (Towards Ecological Recovery and Regional Alliance) e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, reuniu representantes dos cinco países da região do Mekong, a saber Camboja, a República Democrática Popular do Laos, Tailândia, Vietnã e China, bem como representantes de outros países. O encontro possibilitou que os participantes compartilhassem experiências e lições aprendidas sobre a questão das plantações industriais de árvores e seus impactos nos meios de vida das comunidades locais. Além disso, os participantes também compartilharam idéias e sugestões para resolverem os problemas decorrentes das plantações de árvores.

O motivo para a organização desse encontro provém da crescente preocupação a respeito dos planos governamentais para a expansão das plantações de monoculturas de árvores na região do Mekong que abrange eucaliptos, pinheiros, dendezeiros e seringueiras.

Ao compartilharem suas experiências, os participantes aprenderam sobre a importância que as florestas, terras e outros recursos naturais têm para o sustento e as culturas das comunidades que delas dependem para conseguirem alimentos, plantas medicinais, rendas e segurança espiritual. Coincidiram em que “as plantações não são florestas” e que “quando as florestas são substituídas por plantações, desaparece o sustento de inúmeras comunidades que vivem nessas florestas e nos arredores protegendo- as e nutrindo-as. Como resultado, “as plantações empobrecem as comunidades e seus ambientes.”

Contrariamente às alegações do governo de as plantações contribuir para o desenvolvimento econômico e a mitigação da pobreza, os participantes da conferência salientaram que “as plantações tinham aumentado a pobreza ao deslocar comunidades inteiras, destruir recursos vitais para o sustento e impedir o acesso das comunidades aos recursos naturais.”

Pior ainda, a experiência compartilhada apontou que “em muitos casos, as plantações haviam entrado nas comunidades com um certo nível de violência; em alguns casos, a violência tem sido aberta e óbvia através de mortes e encarceramentos; em outros casos, as comunidades foram submetidas à intimidação e às ameaças que apavoravam as pessoas e portanto não reagiam.” E mais, ainda sem ser uma intimidação direta, os participantes enfatizaram que “o mero fato de tirarem as terras dos moradores implica violência.”

No contexto dos atuais planos do governo para a promoção das plantações de árvores em grande escala, os participantes da conferência concordaram em que essa experiência evidenciou que “a única forma para propiciar as mudanças sempre tem sido através das lutas das comunidades”, enfatizando que “a luta não significa violência; implica os diferentes caminhos que as comunidades locais tomam para garantir e defender seus direitos.” Também salientaram que “a aplicação da lei é muito importante mas apenas com a lei não é garantido que os direitos das comunidades sejam protegidos” e que “as estratégias mais efetivas para as lutas das comunidades provêm das próprias comunidades afetadas, e não de ONGs e outros grupos externos” acrescentando que “o fato de trabalharem

conjuntamente com outras comunidades e encontrarem posições comuns faz com que as comunidades fortaleçam suas causas."

O resultado mais importante do encontro foi o compromisso compartilhado de continuar trabalhando em conjunto contra a expansão das plantações de monoculturas de árvores e a firme resolução de avançar nas lutas regionais. Os participantes reconheceram "a importância e valor dos intercâmbios regionais deste tipo" e apoiaram "a criação de outros intercâmbios entre as organizações comunitárias na região a fim de continuar nosso aprendizado e desenvolver nossas estratégias," engajando-se em compartilhar as "conclusões e princípios da conferência com todos nossos movimentos, redes e governos."

Vide o texto da "Declaração de União" na íntegra em http://www.wrm.org.uy/countries/Cambodia/Statement_Unity.html

[início](#)

- Peru: promoção de plantações a partir de enganos

O Peru é um dos poucos países sul-americanos em que as monoculturas florestais ainda não foram implantadas em grande escala, mas o governo está prestes a promover essa expansão. De fato, o país já tem um "Plano Nacional de Reflorestamento 2005- 2024" [Plano Nacional] e uma "Lei de promoção do investimento privado em florestamento e/ou reflorestamento" [Lei de Florestamento], que seriam as ferramentas fundamentais para justificar e viabilizar as plantações de árvores. A meta concreta para 2024 é o estabelecimento de 860.000 ha de plantações comerciais, principalmente na Amazônia e 909.000 ha de plantações de "proteção ambiental", fundamentalmente em la Sierra.

A leitura de ambos documentos evidencia claramente que o governo peruano limitou-se a copiar o mesmo modelo já implementado em muitos outros países da região e a usar os mesmos argumentos falsos para conseguir o apoio necessário da cidadania, em particular, nas regiões em que está prevista a instalação de plantações: geração de emprego, redução da pobreza, desenvolvimento, impactos ambientais positivos. Os mecanismos de promoção também são um decalque dos usados em outros países (isenção tributária, créditos brandos, pesquisa feita pelo Estado, etc.) e o único aspecto inovador (acesso às terras por parte do setor privado) resulta ser o mais perigoso de todos.

A exposição dos motivos da Lei de Florestamento começa assinalando que "A promoção do investimento privado em florestamento e reflorestamento está contextualizada em uma estratégia de redução da pobreza rural" e também menciona – entre outros supostos benefícios- a "geração de riqueza e empregos permanentes". O Plano Nacional contribui com mais detalhes quanto a empregos, afirmando que as plantações geram um emprego direto a cada 4 hectares e portanto, o plano criaria 425.000 postos de trabalho direto. O Fundo de Promoção do Desenvolvimento Florestal (FONDEBOSQUE) vai além e no folheto de divulgação afirma que as plantações "geram, no mínimo, um emprego direto a cada 2 hectares"; conforme esse dado, o número total de empregos a ser gerados pelo plano seria de 850.000.

Infelizmente, isso tudo é absolutamente falso. Cabe salientar os dados que se manejam no Uruguai, que é um dos países mencionados como exemplo "bem- sucedido" no Plano Nacional. De acordo com um estudo da Direção de Estatísticas Agropecuárias desse país, o florestamento gera 7 empregos permanentes a cada 1000 hectares (outras fontes diminuem esta cifra a 4,5 empregos/ 1000 ha). Quer dizer, que na melhor das hipóteses, o florestamento gera apenas 1 emprego direto por cada 143 hectares, cifra bem afastada das absurdas afirmações do Plano Nacional e o FONDEBOSQUE. A mesma situação se repete em outros países "bem- sucedidos" como Chile e Brasil, onde o florestamento tem demonstrado ser a pior opção possível quanto à geração de empregos. O florestamento não reduz a pobreza, pelo contrário a incrementa.

Em matéria ambiental, o Plano Nacional sustenta que todas as plantações (com exóticas ou nativas; em monoculturas ou sistemas agroflorestais; de produção ou de proteção) têm as mesmas funções que as florestas. Portanto, não apenas não provocariam impactos negativos, senão que todos seus impactos seriam positivos. Quanto a isso, o Plano afirma que os benefícios abrangem a “regulação do regime hídrico das bacias”, “controle da erosão dos solos”, “melhora de solos e proteção de culturas agrícolas”, “condicionamento do habitat de flora e fauna”, entre outros.

Infelizmente, isso tudo também é falso, simplesmente devido a que as monoculturas de árvores não são florestas e portanto não podem cumprir com as funções próprias delas. Em todos os países da região em que existem grandes plantações foi constatado que produzem sérios impactos sobre a água, que favorecem processos de erosão, que degradam os solos e impactam sobre as culturas adjacentes e que afetam gravemente a flora e a fauna nativas. Os impactos das plantações são originados fundamentalmente no fato de serem em grande escala. No caso do Peru está previsto que as plantações sejam estabelecidas justamente em grande escala e portanto todos os supostos benefícios não existirão e ainda haverá graves impactos sobre a água, o solo, a flora e a fauna. As plantações não beneficiam o ambiente, pelo contrário o degradam.

A partir dessas- e outras- falsidades, o artigo primeiro da Lei de Promoção declara de “interesse nacional a promoção do investimento privado em atividades de florestamento e ou reflorestamento”, o que significa que o Estado dará apoios múltiplos às empresas plantadoras, incluindo isenções tributárias, incentivos fiscais, troca de dívida externa e que o próprio Estado instalará as plantações para “proteção ambiental”, fundamentalmente em terras de comunidades camponesas andinas. Isso significa que quem pagará será o povo peruano (direta e indiretamente) para a instalação das plantações, tanto privadas quanto estatais.

Pior ainda, as plantações serão transformadas em um instrumento para a privatização das terras do Estado. De fato, o Plano Nacional afirma que “o Estado colocará à disposição do setor privado, através de diversos mecanismos de aquisição, o acesso à propriedade privada de terras públicas para serem destinadas ao estabelecimento de plantações florestais industriais”. Por sua vez, a Lei de Florestamento afirma no artigo segundo que “O Estado, através da Agência de Promoção do Investimento Privado (PROINVERSION), poderá outorgar em venda com compromisso de investimento terras de seu domínio, com capacidade de uso maior florestal para fins de florestamento e/ ou reflorestamento, através do mecanismo de leilão público...”.

Em resumo, esses planos são contrários aos interesses de quem mais necessita e apenas beneficiarão os setores economicamente poderosos, que poderão ter acesso à terra e aos benefícios previstos nesta nova legislação. Por isso, é imperioso que as organizações da sociedade peruana se informem sobre o assunto e ajam antes que seja tarde demais. Ainda há tempo para deter o processo.

[início](#)

- Brasil: Dia internacional de ação para a demarcação das terras dos indígenas Tupinikim e Guarani

Hoje [12 de dezembro], centenas de indígenas das sete comunidades Tupinikim e Guarani do estado do Espírito Santo, Brasil, ocuparam o porto Portocel, desde onde a celulose da companhia Aracruz Celulose está sendo exportada para a Europa, os EUA e a Ásia. Estão protestando junto com vários grupos solidários no Brasil e no exterior para pedir ao governo brasileiro uma vez por todas que cumpra sua obrigação constitucional e demarque as terras tradicionais dos povos indígenas Tupinikim e Guarani: 11.009 hectares invadidos pela Aracruz Celulose S.A., uma grande companhia de papel.

Em fevereiro de 2006, o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos prometeu durante uma reunião pública na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo -na presença de indígenas, parlamentares, e outras autoridades- emitir a Lei de Demarcação antes de agosto de 2006 e ratificar a área até o fim do ano. Em 12 de setembro de 2006,

a Fundação Nacional do Índio apresentou um relatório ao Ministro da Justiça em favor da demarcação. Desde a época, ele tem estado em suas mãos, aguardando uma decisão. Legalmente, a decisão deveria ser tomada hoje, 12 de dezembro de 2006. A Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani alega que os prazos ajustados não têm sido cumpridos pelo governo e têm convocado para um dia de solidariedade.

A demora tem permitido à Aracruz Celulose adotar ações públicas contra as comunidades indígenas, entre elas uma forte campanha difamatória, incentivando o prejuízo e o ódio racial.

Hoje, grupos solidários na Alemanha, na Noruega, na Holanda e nos Estados Unidos estão coordenando manifestações, especialmente nas Embaixadas e Consulados brasileiros, em solidariedade com as protestações lideradas pelos Tupinikim e Guarani.

Por favor, dedique um momento para escrever uma breve carta ao Ministro da Justiça, pedindo-lhe que reconheça os direitos dos Tupinikim e Guarani, demarcando suas terras ancestrais: gabinetemj@mj.gov.br

12 de dezembro de 2006

Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, 4º. Andar CEP 70064.900- Brasília- DF Brasil Fax +55 61 3224 4784 ou 32241936 e-mail: gabinetemj@mj.gov.br
cc: Presidente Luíz Inácio Lula da Silva: pr@planalto.gov.br

Prezado Senhor Ministro,

Pela presente carta gostaríamos exprimir nosso apoio aos povos indígenas Tupinikim e Guarani do Estado do Espírito Santo em sua luta para demarcar suas terras.

Em 12 de setembro de 2006, a FUNAI enviou relatórios ao Ministro da Justiça sobre duas áreas ("Tupiniquim" e "Comboios"), que juntas formam os territórios ancestrais dos Tupinikim e Guarani, para que fossem emitidas duas novas leis de demarcação. Essas leis corrigiriam erros cometidos por um ex Ministro da Justiça e acrescentariam 11.009 hectares a sua área, reconhecendo assim completamente os direitos dos Tupinikim e Guarani a suas terras ancestrais.

Quaisquer demoras adicionais, como a solicitação de estudos adicionais exacerbariam a atual situação de tensão na área. Todos os estudos passados da área têm confirmado os direitos dos Tupinikim e Guarani. Estamos preocupados com a atual situação na região, já que a Aracruz Celulose está levando a cabo uma campanha difamatória contra as comunidades indígenas, inflamando os estereótipos raciais e o prejuízo.

Sabemos que durante uma reunião pública na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo em 9 de fevereiro de 2006, tanto Va Sa quanto o Presidente da FUNAI se comprometeram a demarcar as terras Tupinikim/Guarani o mais cedo possível, sem ultrapassar os prazos legais estabelecidos.

Não temos dúvidas sobre os direitos dos Tupinikim e Guarani e confiamos que Va Sa fará todo o possível para sustentar a Constituição Federal e defender os direitos dos povos indígenas estabelecidos por normas internacionais como a Convenção 169 da OIT que tem sido ratificada pelo Brasil.

Reiteramos nosso total apoio à causa dos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo.

Atenciosamente,

Nome:

- Primeiros Passos da Southern African Plantation Action Network (SAPAN)

Em resposta aos esforços da indústria madeireira para expandir a área de terras sob plantações madeireiras industriais para 600.000 hectares, uma Campanha de Plantações foi iniciada por um pequeno grupo de ONGs na África do Sul em 1995.

As árvores exóticas, incluindo principalmente Wattle (espécie de Acácia australiana), pinus e eucaliptos cobrem agora mais de 3 milhões de hectares na parte oriental do país, bem irrigada e mais produtiva do ponto de vista agrícola. No entanto, 1,5 milhões desses hectares estão constituídos por plantações abandonadas ou descuidadas ou por áreas que têm virado fortemente infestadas com mudas de árvores de plantações invasoras. Essas terras infestadas representam um grande passivo para a economia nacional, consumido recursos aquáticos escassos e com um impacto negativo sobre as comunidades rurais e a biodiversidade natural mas têm sido muito ignoradas tanto pelo governo quanto pela indústria que as causou.

A Timberwatch Coalition foi estabelecida como uma rede local em 1997 mas durante os seguintes anos se desenvolveu como uma coalizão de ONG nacionais de 10 organizações ambientais que reconhecem a necessidade de abordar os prejuízos causados pelos substanciais efeitos negativos sociais e ambientais das plantações madeireiras em grande escala. Através de envolvimento contínuo em processos de política e desenvolvendo uma rede de apoio nas áreas de crescimento de plantações madeireiras, a Timberwatch tem tido sucesso em fazer aumentar a conscientização pública sobre os custos previamente ocultos ou ignorados associados com as plantações. Isso tem levado à introdução de um processo mais transparente e inclusivo para considerar as solicitações de licenças para novas plantações e tem ajudado a limitar sua expansão na África do Sul.

No entanto, esse sucesso local deve ser visualizado no contexto maior da região sul-africana, na que uma série de países já têm sido atingidos pelas plantações. Na Suazilândia, apesar de ser um país relativamente pequeno em termos de área de terras, quase 10% está coberto com plantações madeireiras do tipo da época colonial que têm efetivamente despejado o povo Suazi de suas terras tradicionais e têm socavado as oportunidades de acesso dos granjeiros comunitários a terra de pastagem e água.

Também há plantações estabelecidas em Angola, República Democrática do Congo, Maláui, Zâmbia, Zimbabué, Tanzânia e Moçambique, mas em recentes notícias, o Banco Mundial e diferentes atores da indústria madeireira sugeriram que Moçambique tem potencial para sete milhões de hectares adicionais. O governo moçambicano já tem aprovado novos projetos de plantação nas províncias de Niassa e Manica, apesar de que parece ter havido pouca consulta com as ONGs ambientais e as comunidades locais. Também não parece que tenha havido qualquer investigação formal dos impactos prejudiciais das plantações madeireiras sobre os valores tradicionais sociais e culturais e sobre as economias locais auto-sustentadas.

Parece que haverá uma demanda crescente de madeira de plantações para pasta e espera-se que a biomassa para produção de biocombustível cresça rapidamente enquanto o uso de combustível fóssil em países industrializados se restringe através da pressão internacional para reduzir as emissões de CO2 na atmosfera. Da informação disponível, parece que os planos de conversão para o uso de biocombustível pelas nações européias antecipam em grande medida a importação de biodiesel e bioetanol da África e outras regiões no mundo 'em desenvolvimento'. Isso significa é que a maioria dos países na SADC (Southern African Development Community) provavelmente sejam objetivadas como oportunidades baratas para o estabelecimento de cultivos de monoculturas destruidoras em grande escala, incluindo as plantações de árvores.

Em resposta a essa ameaça, a Timberwatch planeja ajudar a estabelecer uma ampla rede de pessoas interessadas e

organizações ambientais em toda a região da SADC. A idéia foi analisada durante a Reunião Anual realizada em Durban em 18 de novembro. O grupo sabe que compartilhar a experiência é um ingrediente necessário para que a idéia cresça e se transforme em uma realidade. Portanto, um dos membros da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores foi convidado à reunião para compartilhar o bem-sucedido processo que levou ao estabelecimento da rede na América Latina.

Como o seguinte passo, a Timberwatch participou na reunião organizada em Moçambique pela Geosphere –uma das organizações que faz parte da Timberwatch- onde os representantes das organizações locais discutiram os impactos negativos das plantações de monoculturas de árvores em grande escala (ver artigo sobre Moçambique nesta edição).

Espera-se que a rede sul-africana aumentará a consciência sobre os principais problemas que rodeiam o estabelecimento ou expansão das plantações madeireiras industriais e ajudará a estabelecer grupos de ativistas locais dentro dos países atingidos. Com apoio e estímulo da comunidade internacional de ONG, essa rede terá um papel importante para prevenir que os escassos recursos africanos continuem sendo explorados pelos agentes do esbanjador consumismo do norte.

Por Wally Menne, Timberwatch, e-mail: plantnet@iafrica.com

início

- Camboja: povos indígenas resistem a expansão de plantações industriais de árvores

“Todos os moradores compreenderam a necessidade de proteger a floresta. Não podemos viver sem ela”, afirmou um morador da comuna De Dak Dam na província de Monduliri localizada no nordeste do Camboja. E acrescentou, “Agora, nossa vida é mais difícil”.

Um das 20 pessoas (do Vietnã, Tailândia, Camboja, Filipinas e do Reino Unido) nos sentamos com os moradores à sombra de uma grande árvore perto da escola do povoado. Estávamos a caminho da Conferência Regional do Mekong sobre as Plantações de Árvores” que seria realizada em Kratie durante os seguintes dois dias. Tínhamos viajado a Dak Dam para saber como a comunidade indígena Phnong está lutando para manter sua terra contra a companhia chinesa Wuzhishan que está intimamente ligada ao governo cambojano. Em agosto de 2004, o governo cambojano outorgou uma licença à Wuzhishan para estabelecer em princípio uma concessão de 199.999 hectares com 10.000 hectares aprovadas imediatamente para plantação comercial e de provas.

“A companhia aumentou sua área a 20.000 hectares,” contou um morador. Outro nos disse que a companhia tinha se apropriado de 30.000 hectares. Nem a Wuzhishan nem o governo forneceram aos moradores um mapa das operações da plantação. “As pessoas perguntavam por que a companhia podia se apropriar da terra,” disse um morador. “Nós lutamos contra a companhia porque nós necessitamos a terra para cultivar. Durante dois anos, apresentamos queixas à companhia.”

Os moradores não cultivam arroz paddy, as lavouras de arroz são de terras altas em sistema migratório rotacional. A companhia tinha plantado em alguns dos campos de lavoura dos moradores. Neste ano, houve uma seca na área e foi destruída uma parte do arroz.

“A companhia derrubou todas as árvores de nossas terras, inclusive as árvores espirituais, disse um dos moradores. “Nosso povo está sofrendo as conseqüências. A companhia também destruiu as terras que nós usávamos para sepultar nossos ancestrais. A companhia arrasou as árvores grandes. Nós nunca cortamos essas árvores. No cume da colina nós plantávamos as árvores frutíferas. A companhia derrubou todas as árvores e agora não temos frutas. Nós vendíamos as frutas no mercado para comprar alimentos.”

O impacto sobre a cultura desde que a companhia chegou a suas terras foi um assunto recorrente durante o encontro. “Nossa cultura respeita as árvores e a terra. Como povo indígena, nós acreditamos que é importante conviver de uma determinada maneira. Houve uma mudança na cultura da comunidade desde a chegada da companhia,” explicou um morador.

“Os trabalhadores das companhias se aproveitaram das crianças e as garotas,” acrescentou outro. “As jovens se apaixonavam pelos trabalhadores e a companhia se trasladava a outra área. Temos medo dos trabalhadores. Eles bebem vinho e cerveja e têm um comportamento ruim.”

“O governo proibiu a queima das pradarias,” disse um morador, “mas nós precisamos queimar para melhorar as pradarias de pastoreio.” A companhia contratou trabalhadores para vigiar os moradores que tentassem queimar as árvores ou as terras da companhia.

Outro morador nos explicou como a companhia usa químicos para clarear as pastagens nas áreas que plantará. “Os químicos escorrem para os rios e arroios. Essa é a água que nós bebemos. Os químicos acabaram com os peixes dos arroios.”

Os moradores protestaram junto às autoridades locais pelas atividades da companhia. O resultado foi uma severa repressão. Os moradores foram impedidos de deixar a província, para participar de oficinas, por exemplo. Quando centenas de moradores caminharam a Sen Monorom para pedir ao Governador do Distrito que tratasse seus problemas, eles se depararam com canhões de água. As autoridades disseram para eles voltarem a suas vilas e prometeram que resolveriam a situação em dois dias. “Mas nada aconteceu,” apontou um morador. “As autoridades disseram que se tratava do desenvolvimento do nosso país. Mas isso não é desenvolvimento.”

No início deste ano, os moradores marcaram uma reunião para discutir os problemas com a Wuzhishan mas não compareceu ninguém da companhia. “Um de nós tentou reunir-se com a companhia em Phnom Penh, mas deu em nada. A companhia nunca responde nossas reclamações.”

Sawaad, um agricultor do nordeste da Tailândia e um dos participantes da conferência sobre plantações do Mekong, falou com os moradores. “Há 15 anos na Tailândia, enfrentamos os mesmos problemas,” disse. “Nós não tínhamos suficiente experiência quando a Phoenix Pulp and Paper começou a plantar eucaliptos. Os eucaliptos provocam problemas com a água, o ambiente e o sustento. Os direitos territoriais são um grande problema. Antes de sabermos que era um problema, já estava instalado. No início, as pessoas escreviam cartas. Era igual que aqui. Enviamos muitas cartas e ninguém respondeu. Então, começamos a formar grupos e chegamos a centenas de pessoas.”

Sawaad sorriu ao explicar como os agricultores tailandeses organizaram a resistência contra a propagação das plantações em suas terras. “As pessoas têm que encontrar seus caminhos para pressionar o governo. Na Tailândia, nós criamos a Rede de Pequenos Agricultores do Nordeste e a Assembléia dos Pobres. Organizamos passeatas para protestarmos e negociar com o governo. Nos últimos 15 anos nem sei exatamente quantos protestos houve, mas é provável que tenham sido entre 300 e 500. Em 1997, a Assembléia dos Pobres organizou um protesto durante 99 dias na frente da Casa de Governo em Bangkok. Às vezes, os protestos envolviam centenas de pessoas, outras dezenas de milhares. Precisamos confiar em nós, em nossos movimentos. Não podemos confiar em mais ninguém.”

Um dos moradores de Phnong perguntou como o governo tinha reagido aos protestos. “O governo fez tudo o possível para nos deter,” respondeu Sawaad. “Eu fui encarcerado oito vezes. Mas fomos capazes de trabalhar como uma rede, não apenas como pequenos grupos de pessoas. Quando o governo atacava uma pessoa ou encarcerava alguém, a rede continuava trabalhando.”

Partimos de carro desde o povoado através das onduladas colinas. Podíamos ver os pinheiros da companhia plantados em pequenos círculos espalhados na paisagem. Começou a chover e lembrei as palavras de um dos

moradores: "Continuaremos com nossas reclamações junto ao governo até o governo nos devolver nossas terras."

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Laos: companhias vietnamitas instalam plantações de seringueira no sul

Em julho de 2004, uma delegação comercial da companhia vietnamita General Rubber Corporation visitou o Laos. Naquele momento, apenas uma pequena área estava plantada com seringueiras no sul do Laos. "Nós podemos providenciar de 50.000 a 100.000 hectares de terra ao Vietnã para plantar seringueira," Thongloun Sisolit, o Vice-Primeiro Ministro laosiano, disse à delegação.

Uns meses depois, o governo do Laos concedeu licença para um projeto de US\$ 30 milhões da Dac Lac Rubber Company, uma companhia estatal vietnamita. A Dac Lac Rubber Company é designada posteriormente como uma província nas terras altas centrais do Vietnã onde a companhia tem 14.000 hectares de plantações de seringueiras. A companhia pretende plantar 10.000 hectares com seringueiras nas províncias de Champasak, Saravane, Sekong e Attopeu, sob um contrato de arrendamento de 50 anos. Em outubro de 2006, a companhia tinha plantado 3.200 hectares com seringueiras.

O jornal Vietnam Economic Times informou que Thongloun Sisolit descreveu o projeto da companhia como "um modelo para ajudar seu povo a encaminhar-se para a produção comercial".

Porém, a Dac Lac Rubber Company substituiu as florestas e as terras dos moradores por plantações de seringueira. A companhia pagou uma compensação nos lugares em que acabou com plantações comerciais, mas não pagou nada nos lugares em que clareou campos de arroz de terras altas dos agricultores. Antes de a companhia ter estabelecido suas plantações de borracha, a maior parte da terra era uma mistura de arrozais, barbechos e floresta. A companhia simplesmente declarou o local como "floresta degradada" e clareou a terra.

Em março de 2005, outra companhia vietnamita começou suas atividades na província de Champasak. A Viet Nam-Laos Rubber Joint Stock Company planeja plantar 10.000 hectares de seringueiras com um investimento total de US\$ 30 milhões. A companhia paga uma quantia anual de US\$ 9 por hectare ao governo do Laos. A companhia faz parte da Vietnã General Rubber Corporation.

Em dezembro de 2006, a Quang Minh Rubber Production Joint Stock Company assinou um contrato com o Comitê laosiano de Planejamento e Investimento por um projeto de US\$ 15 milhões para estabelecer 4.900 hectares de plantações de seringueira nas províncias de Sekong e Attopeu.

No mês passado, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais esteve no Laos e visitou uma das áreas de plantação da Viet Nam- Laos Rubber Joint Stock Company, próxima à vila de Mak Ngeo na província de Champasak. Um cartaz na plantação proíbe o pastoreio. Um lado do caminho de terra tem sido plantado faz pouco tempo. O solo vermelho e as fileiras de seringueiras de um metro de altura se estendem. Além da plantação, é possível ver o que restou da floresta que tem sido derrubada para deixar lugar às seringueiras. Do outro lado do caminho, as seringueiras são mais antigas e de mais de dois metros de altura. Quatro moradores laosianos estavam clareando a pastagem e os pequenos arbustos que rodeavam as árvores. Os moradores disseram que a companhia tinha se apropriado de suas terras. Trabalhando em conjunto podiam clarear cerca de 150 metros ao dia, às vezes mais, outras menos, dependendo do tipo de ervas daninhas. A companhia paga 50.000 kip (aproximadamente US\$ 5.25) por cada trecho de 150 metros clareado; portanto, cada um recebe pouco mais de US\$ 1 ao dia.

Uns 200 trabalhadores vietnamitas trabalham aqui. Quando estávamos no local, chegaram de motocicleta dois

trabalhadores vietnamitas. Um deles falava laosiano e começou a dar instruções aos trabalhadores. Ele tinha vivido no Laos durante um ano aproximadamente.

Um pouco mais à frente do caminho, vimos um viveiro de seringueiras. As estacas das seringueiras são plantadas em compost em pequenas sacolas de plástico. Quando brotam folhas e raízes das estacas, podem ser plantadas no exterior. As estacas provêm do Vietnã.

Há poucos anos, uma companhia dendezeira da Malásia instalou uma plantação de ensaio nos arredores. Atualmente, a plantação está descuidada e cheia de ervas daninhas. Do lado da plantação de dendê, está a plantação de seringueira recém- clareada, cercada e com fosso para não deixar passar o gado.

Em maio de 2006, em uma oficina sobre "Desenvolvimento da Borracha no Laos" realizado em Vientiane, o vice-diretor do Centro de Pesquisas Florestais do Laos, Sounthone Ketphanh, explicou que a demanda do mercado por borracha na China tinha incentivado os investimentos de companhias chinesas e vietnamitas nas plantações de seringueira no Laos. Os investimentos chineses estão no norte do país e os vietnamitas, no sul.

Conforme uma reportagem no Vientiane Times, Sounthone descreveu os benefícios das plantações de seringueiras: "Ao contrário de outras plantações comerciais, a borracha oferece benefícios aos agricultores no longo prazo, durante um período de 30 a 40 anos. Os agricultores não apenas se beneficiam com a extração do látex mas também com a lavouras alternadas (intercropping) nos primeiros anos depois de plantar e com a venda de madeira quando a extração já não é possível."

Os participantes do encontro notaram que o preço da borracha no mercado mundial tem ciclos de auge e queda, o que poderia significar um desastre para as companhias e agricultores que plantassem seringueiras em suas terras. Desde maio de 2006, o preço da borracha tem despencado, no entanto, os analistas prevêm uma recuperação.

Southone reconheceu outro problema. "Como lado negativo," disse durante a oficina em Vientiane, "o rápido crescimento das plantações de seringueiras provoca perdas em grande escala dos recursos florestais e a destruição das bacias, fato que é particularmente importante no Laos onde a segurança alimentar do meio rural está relacionada diretamente com a saúde das florestas."

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Uruguai: apesar de que ainda não funciona, a fábrica de celulose da Metsa Botnia já fede

É muito provável que o público finlandês conheça pouco ou nada da história do Uruguai e como essa história se relaciona com a fábrica de celulose que a Metsa Botnia está construindo nesse país. Por isso, é importante explicar que desde 1973 até 1984 o Uruguai esteve governado por uma ditadura militar. Durante esse período, os militares violaram todos os direitos humanos possíveis e imagináveis e a tortura foi prática comum. Milhares de uruguaios, tanto homens quanto mulheres, foram presos e torturados; muitas pessoas foram assassinadas ou "desapareceram" e milhares de outras pessoas tiveram que viver no exílio durante esses anos. Na mesma época, uma brutal ditadura militar governou também na Argentina.

Para uruguaios e argentinos, os militares continuam simbolizando a violação generalizada dos direitos humanos. No Uruguai, muitos dos oficiais encarregados das torturas, mortes e desaparecimentos são hoje coronéis e generais. O público finlandês deve saber que, há poucos dias, as forças comandadas por eles receberam a ordem de proteger o local onde se constrói a fábrica de celulose da Metsa Botnia, e que isso está afetando muito a imagem da Finlândia.

Isso não aconteceu por acaso. A necessidade de lançar mão primeiramente da proteção policial e depois da proteção militar é consequência das táticas da companhia finlandesa, que colocaram em sua contra às comunidades vizinhas, principalmente às da Argentina. Em vez de desenvolver pontes de compreensão e aceitar que era necessário convencer, a empresa tentou impor-se. Quando o próprio Presidente uruguaio lhe pediu que detivesse as obras para facilitar as negociações com a vizinha Argentina, a empresa se negou a fazê-lo. Ela tem tido vários confrontamentos com trabalhadores e sindicatos, agravados por sua decisão de trazer centenas de trabalhadores da Europa oriental e de outros países. As exagerações da companhia quanto ao nível de poluição e de cheiro de uma fábrica que é duas vezes maior que as que funcionam na Finlândia tem resultado em uma total perda de credibilidade a respeito de sua seriedade.

Em decorrência disso, a Metsa Botnia é agora responsável da militarização da região e de ter criado uma perigosa situação de confrontação com a poderosa irmã República Argentina. Em vez de trazer desenvolvimento ao Uruguai, ela tem trazido divisões internas e problemas externos. O apoio explícito que recebe do governo finlandês torna difícil a distinção entre a empresa e seu país de origem e todo o que ela faz tem repercussões nele.

O povo finlandês deveria exigir explicações a seu governo, porque está em jogo a imagem de seu próprio país. Um país que até há pouco tempo era percebido favoravelmente, está sendo cada vez mais questionado tanto no Uruguai quanto na Argentina. O fato de que o governo uruguaio precise respaldar um investimento finlandês com militares, fala às claras de que a empresa e seu país de origem estão em sérios problemas. Quando a presença militar se torna necessária, significa que muitas cosas foram feitas erradamente. A situação poderia piorar ainda mais se por alguma razão os soldados chegaram a receber a ordem de disparar contra as pessoas. Algo fede no reino da Metsa Botnia, e esse fedor não é, por enquanto, o da produção de celulose.

(Último momento: Na segunda-feira, dia 18 de dezembro, o governo anunciou que, a pedido da Botnia ordenou a retirada dos militares enviados a custodiar o local onde se constrói a fábrica de celulose da empresa em Fray Bentos. A Botnia, responsável pela militarização alega agora que "as condições de tensão, preocupação e insegurança diminuíram de forma muito importante". Não fica muito claro a que condições se refere, já que a medida das populações argentinas da fronteira de cortar o acesso às pontes binacionais continua, bem como as dificuldades para um diálogo entre os governos de ambas as margens do rio. Portanto, surge a interrogação de por que a Botnia mudou de idéia. Será que a denúncia da situação pode afetar a imagem internacional que a empresa quer dar? De outro lado, o Ministério de Defesa recebeu com complacência a medida devido a que a custódia do perímetro da Botnia, significava-lhe um esforço importante. Mas advertiu que se fosse necessário enviaria tropas de novo.)

Comunicado à imprensa de 12 de dezembro de 2006 do grupo uruguaio Guayubira, e-mail: info@quayubira.org.uy, www.quayubira.org.uy

início

FOCALIZADO NOS NEGÓCIOS DE CARBONO

- **Moçambique: alerta contra a promoção de monoculturas de árvores**

Em 1997 foi instrumentado o Protocolo de Quioto na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática para limitar as emissões de carbono que provocam o aquecimento global. A partir de então, a situação tem piorado devido à aceleração dos impactos da mudança climática; no entanto, nas conferências o assunto mais badalado diz respeito às "oportunidades" da catástrofe, ou seja, aos negócios.

Na última conferência realizada em Nairobi, Quênia, a meados de novembro, uma das "oportunidades" que foi mais enfatizada fazia referência à possibilidade de os países empobrecidos da África, Ásia e América Latina obterem lucros através dos "projetos MDL" (que eles chamam de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e nós de Mecanismo

de Duvidosa Limpeza)- dentro dos quais estão os denominados de Florestamento e Reflorestamento para sumidouros de carbono (vide Boletim Nº 37 do WRM) bem como os de estabelecimento de plantações para biocombustíveis (vide Boletim Nº 112 do WRM). Em nenhum dos casos são reduzidas as emissões que provocam o aquecimento da atmosfera, é apenas uma armadilha para ganhar dinheiro enquanto as verdadeiras causas da mudança climática continuam sem ser resolvidas.

Muitos governos de países empobrecidos, cativos do endividamento e da dependência, são propensos a ver com bons olhos essas "oportunidades". É o caso de Moçambique, em que as autoridades do país, depois de receberem no dia 20 de novembro em Maputo uma delegação das Nações Unidas que acabava de chegar da conferência de Nairobi, anunciaram, com muito entusiasmo, os benefícios que obterá o país ao aceitar esses projetos.

Nesse mesmo dia, a organização sul- africana GeaSphere, com uma longa trajetória de luta contra as monoculturas de árvores, organizou um evento do qual participaram delegados de organizações locais a fim de debaterem sobre os impactos das plantações florestais em grande escala. Durante o evento, o coordenador da organização, Philip Owen, um representante da organização SCAPEI, Nhlanhda Msweli e uma representante do WRM, Ana Filippini, forneceram detalhes sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais já identificados em muitas comunidades devidos ao estabelecimento de monoculturas em grande escala.

Os participantes, que também foram informados sobre os planos do governo de Moçambique de promulgar uma lei de promoção de plantações, resolveram estabelecer um grupo de coordenação com a representante da GeaSphere em Moçambique, Vera Ribeiro e passar uma mensagem de alerta para a população moçambicana não aceitar as propostas de promoção de monoculturas.

Para esse objetivo ser bem- sucedido, será fundamental a coordenação regional com outras organizações. As experiências da África do Sul e a Suazilândia podem contribuir em grande medida para a conscientização em Moçambique sobre o impacto das monoculturas florestais.

início

- Índia: florestamento para seqüestro de carbono na bica

Os projetos de florestamento para seqüestro de carbono começaram tardiamente no mercado do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo porque são controvertíveis demais. O quadro legal necessário, estabelecido nos acordos de Marraquexe de 2001, foi ajustado somente em finais de 2005 nas negociações climáticas de Montreal. Portanto ainda há poucas coisas concretas para apontar.

Mas o florestamento para seqüestro de carbono é definitivamente inevitável para a Índia. O Banco Mundial, interesses do setor florestal e outros do setor privado, os acadêmicos e o governo estão atarefados apresentando planos, fazendo desenfreadamente diferentes cálculos para os créditos do carbono que a Índia poderia obter das árvores. Em 2003, o lobby da celulose e do papel da Índia emitiu um anteprojeto para 'Esverdear novamente a Índia' como parte de sua campanha de longa data para ser autorizada a arrendar terra de florestas 'degradadas' nas que cultivar plantações industriais. A possibilidade de que as plantações ganhem créditos do carbono foi discutida minuciosamente. O Rascunho de uma Política Ambiental Nacional foi feito circular pelo Ministério do Meio Ambiente e das Florestas em 2004, enquanto confirma uma nova política ambiental 'liberalizada' que promove o comércio de carbono e outros comércios de serviços ambientais. A ação para o florestamento para seqüestro de carbono também soa com um grandioso plano existente do Ministério do Meio Ambiente e das Florestas para plantar 30 milhões de hectares de florestas 'degradadas' e outras terras, com plantações de árvores e cultivos comerciais até 2020, através de um novo tipo de colaboração com o setor privado, governos dos estados e comunidades locais.

Entre os inumeráveis projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo contemplados para a Índia estão os projetos

de florestamento nos estados de Madhya Pradesh e Andhra Pradesh. Aqui, uma organização chamada Community Forestry International (CFI) tem estado fazendo um levantamento de oportunidades de uso das árvores para absorver carbono. A CFI declara que ajuda os 'formuladores de políticas, agências de desenvolvimento, ONGs e silvicultores profissionais a criar os instrumentos legais, capacidades de recursos humanos e processos e métodos de negociação para apoiar os administradores de recursos residentes na estabilização e regeneração de florestas. Seu trabalho em Madhya Pradesh tem estado apoiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA e o Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos EUA, e em Andhra Pradesh, pela Divisão de Mudança Climática e Energia do Departamento de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá.

A CFI sugere que, na Índia o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo seria uma atividade viável de geração de renda para as comunidades indígenas rurais. Mas há fortes razões para duvidar disso. Na Índia, como em outros lugares, não é a teoria abstrata, mas a estrutura institucional na que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo se enquadraria, a que fornece os indícios chave para seus resultados sociais e climáticos prováveis.

Vamos ver, por exemplo, o esquema do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo investigado pela CFI que estaria localizado em Adilabad, estado de Andhra Pradesh. A CFI visualizou possibilidades de seqüestrar carbono através do reflorestamento e florestamento de terras sem florestas ou com florestas 'degradadas' cujo conteúdo de carbono tem sido exaurido por uma grande e crescente população humana e de gado, pastagem descontrolada de gado nas florestas e 'invasão' em terras de florestas e conversão de terras de florestas para agricultura migratória.

A CFI considerou que a melhor opção seria regenerar as florestas de teca e mistas de folhas caducas. Considerou que as plantações clonais de eucaliptos acumulariam carbono mais rapidamente e teriam outros usos comerciais como madeira e celulose, bem como retornos incrementais para qualquer investidor interessado, mas custaria mais estabelecê-las e mantê-las e com certeza seriam condenadas pelas comunidades Adivasi e ativistas como uma nova forma de colonialismo.

A CFI decidiu que as melhores agências para assumir a regeneração das florestas seriam os grupos de auto-ajuda de mulheres (SHGs). Os SHGs foram estabelecidos pela Agência de Desenvolvimento Inter-Tribal em nível do estado durante a década de 90, como um mecanismo para melhorar as finanças das famílias através de programas de micro-créditos e desenvolvimento de capacidades, bem como unindo as famílias com as instituições financeiras e as autoridades do governo. A CFI diz que são bem mais dinâmicas, responsáveis e transparentes que outras instituições locais, como as comissões de proteção florestal, que são visualizadas como ineficientes, pouco transparentes, não confiáveis e problemáticas em sua relação com o Departamento Florestal.

Pode parecer perfeito, mas é difícil ver a forma na que as virtudes dos grupos de auto-ajuda das mulheres poderiam trabalhar para a economia do carbono. De um lado, a CFI estabelece que somente se os SHGs se reunissem em uma federação, os projetos florestais de compensação de carbono seriam financeiramente viáveis, em virtude dos altos custos de transação envolvidos na preparação e execução dos mesmos. No entanto, não explica a forma na que uma federação desse tipo poderia acontecer nas comunidades rurais, nem a forma na que os SHGs poderiam envolver-se em projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e vincular-se com o mercado do carbono. Também não menciona que os SHGs atualmente trabalham em relativo isolamento das instituições Panchayat Raj (a máxima autoridade formal auto-governada em nível de aldeias na Índia rural), do Departamento Florestal e dos comitês de proteção florestal locais.

Poderia alegar-se que não há nada para preocupar-se ainda e talvez somente podemos aprender no caminho. Mas o problema é que o simples fato de que os estudos como o da CFI sejam levados a cabo, já dá legitimidade à idéia das compensações de carbono no Sul. Poucos estranhos vão perceber que as conclusões são suspeitas.

Extraído e adaptado de: "Carbon Trading: A Critical Conversation on Climate Change, Privatisation and Power", Dag Hammarskjöld Foundation, Durban Group for Climate Justice, e The Corner House, disponível para download em

- Uganda: o FSC não sustenta os direitos dos povos indígenas em Monte Elgon

Desde 1994, uma organização holandesa chamada FACE Foundation tem estado trabalhando no Parque Nacional de Monte Elgon. A FACE trabalha com a Autoridade Ugandense de Fauna e Flora Silvestres (UWA), que é responsável pelo manejo dos parques nacionais em Uganda. O projeto UWA-FACE visa a plantar árvores em uma área de 25.000 hectares justamente dentro dos limites do parque nacional. Até agora o projeto UWA-FACE tem plantado 8.500 hectares. De acordo com o contrato com a UWA, a FACE Foundation é dona do carbono nas árvores plantadas no Monte Elgon e as árvores não devem ser cortadas por pelo menos 99 anos. A FACE visa a obter lucros da venda do carbono armazenado nas árvores como créditos de carbono. Como aponta Alex Muhwezi, diretor de país da UICN em Uganda, "A FACE obtém uma licença para continuar poluindo e nós conseguimos plantar algumas árvores."

Em março de 2002, a SGS Qualifor certificou o projeto de plantação de árvores UWA-FACE como bem manejado de acordo com o Sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC). O certificado se aplica apenas ao projeto UWA-FACE e não ao manejo do resto do Parque Nacional de Monte Elgon. Ao emitir o certificado, a SGS conseguiu ignorar quase completamente um conflito continuado entre as comunidades locais e a administração do parque.

Em julho de 2006, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e a ONG ugandense Climate and Development Initiatives visitaram comunidades que moram ao redor Monte Elgon. O que descobrimos foi chocante. Os aldeões nos disseram que a administração do parque pela UWA é brutal. Em 1993 e 2002, os aldeões foram despejados violentamente do parque nacional. Desde os despejos, os guardas-florestais da UWA os têm golpeado, torturado, humilhado, ameaçado e têm arrancado seus cultivos.

Em uma aldeia, nos limites do parque, um aldeão nos mostrou um envelope com cartuchos de bala, disparadas pelos guardas-florestais da UWA. "Essas balas foram disparadas por pessoas que tentavam matá-nos" disse ele. "Algumas pessoas morreram. Outras foram feridas."

Uma questão chave é se a SGS pode certificar apenas o projeto de plantação de árvores da FACE Foundation ou se a SGS deve considerar o manejo de todo o parque nacional. A SGS nunca tem tratado adequadamente desse assunto.

O resumo público da certificação da SGS, publicado em março de 2002 estabelece que o projeto UWA-FACE estava sendo integrado na UWA e que "como não está permitido certificar apenas uma porção de uma Unidade de Manejo Florestal" o alcance do certificado deverá cobrir todo o Parque Nacional de Monte Elgon. A SGS antecipou que "essa expansão do alcance deveria acontecer em finais de 2002 ou 2003 quando a integração seja completada."

Em maio de 2005, a SGS visitou o Monte Elgon para determinar se o projeto de plantação de árvores da FACE Foundation e da UWA ainda cumpria os padrões do FSC. No "relatório de vigilância" baseado nessa visita, os assessores da SGS escreveram que "Precisa-se clarificações sobre o exato alcance do certificado." Em abril de 2006, a SGS realizou outra visita de vigilância. Desta vez os assessores da SGS não fizeram qualquer menção ao alcance da certificação.

Eu perguntei para Gerrit Marais da SGS sobre o fato de que a SGS não tenha conseguido avaliar o parque nacional, mais de quatro anos depois de ter escrito que o parque nacional deve ser avaliado. Marais respondeu que "A SGS foi contratada pela FACE para certificar a área de 'restauração da floresta' do Parque Nacional, já que é a única área física de floresta sobre a que a associação da FACE/UWA tem controle efetivo, tendo a UWA o controle

independente sobre o resto do parque. A menos que essa associação possa ser suficientemente integrada ... o alcance não pode ampliar-se". A SGS tem efetivamente permitido a seus clientes, a FACE Foundation, decidir que padrões do FSC devem ser aplicados. A realidade é que a plantação de árvores da FACE Foundation dentro dos limites do parque nacional não pode separar-se do manejo do parque nacional. Faz parte integral do manejo do parque nacional.

Mas o erro mais notável da SGS é relacionado com os povos indígenas que vivem no Monte Elgon e ao redor dele. Em 27 de outubro de 2005, na Alta Corte ugandense em Mbale, o Juiz J.B. Katutsi determinou que "A Comunidade Benet que reside no Subcondado de Benet, incluindo aqueles que residem em Yatui Parish e na Aldeia Kabsekek do Condado de Kween e em Kwoti Parish do Condado de Tingey são moradores históricos e indígenas dessas áreas que foram declaradas Área de Proteção da Fauna e Flora Silvestres ou Parque Nacional" O Juiz Katutsi determinou que a área não deveria continuar sendo área protegida e que os Benet "têm o direito de permanecer nessas áreas e levar a cabo atividades agrícolas, incluindo seu desenvolvimento sem perturbações."

Os relatórios de vigilância da SGC não fazem referência à sentença judicial dos Benet. O relatório de vigilância de abril de 2006 da SGS menciona os Benet apenas uma vez: "Fora da FMU [unidade de manejo florestal], a tribo dos Benet se tem deslocado para os limites do parque nacional de Monte Elgon. O grau disso deve ser ponderado... para avaliar o sério [sic] da controvérsia sobre limites."

O Princípio 3 do FSC estabelece que: "Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados". Em sua sentença de outubro de 2005, a Alta Corte de Mbale sustentou esse princípio. A UWA, a FACE Foundation e a SGS ainda devem fazê-lo.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

[início](#)

- Colômbia: negócios de seqüestro de carbono, territórios e comunidades

Há poucos dias acabou a décima segunda sessão da conferência das partes sobre Mudança Climática –COP 12- e com seu fechamento se confirmou, mais uma vez, a escassa vontade dos governos e partes envolvidas para procurar soluções contundentes para a crise climática que estamos experimentando. O que sim ficou evidenciado foi o interesse por promover o uso das estratégias inventadas para solucionar a problemática climática, isto é, aquelas baseadas em mecanismos de mercado, destacando nesse grupo os projetos de plantações florestais como sumidouros de gases de efeito estufa.

Entre os projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo –MDL-, os presumíveis sumidouros representados nas plantações florestais chamam amplamente a atenção dos agentes poluidores dos países industrializados, entre outras razões porque permitem sustentar o modelo causador da crise climática, são possíveis de realizar em países empobrecidos a custos significativamente menores dos custos de seus países e finalmente representam mais uma fonte de riqueza.

Mas todos esses projetos requerem, como é apenas lógico, de grandes extensões de terra para serem levados a cabo, terras que hoje permanecem em grande medida em mãos dos povos indígenas, negros e camponeses do mundo, que por sua vez, transformam-se em um obstáculo para os planos de expansão das monoculturas.

Enquanto na COP fala-se da vulnerabilidade e do fundo de adaptação à mudança climática, talvez deveria pensar-se na alta vulnerabilidade das comunidades locais aos projetos em menção que como veremos depois já começam a atingir de forma negativa territórios e comunidades.

O caso colombiano não é alheio a essa realidade, o que pode inferir-se nas declarações de membros da delegação oficial, os que disseram que estão participando na COP motivados pela possibilidade de acessar os recursos que possam derivar-se dos negócios do MDL.

O governo colombiano possui um Escritório de Mudança Climática dentro do Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial –MAVDT; nesse escritório estão registrados os projetos florestais aprovados como MDL, isto é, sumidouros de carbono, os que nesta data são 8, ainda quando se devem contabilizar como 12, já que um deles, denominado Projeto Florestal Nacional abrange 5 áreas do país.

A execução desses 12 projetos implica o uso de 222.885 hectares, o que representaria um aumento aproximado de 150% na área ocupada por plantações no país; no entanto, esse número pode ser bem maior se levarmos em conta que apenas um dos projetos apresenta o uso de mais de 100.000 hectares sem determinar precisamente a área a ocupar. Como é de esperar-se, a maior percentagem de espécies a serem empregadas corresponde a exóticas, tais como pinus, eucalipto, teca, melina e acácias.

Até a presente data, apenas dois desses projetos estão no estágio de desenvolvimento no campo, permitindo a avaliação parcial de um deles e a identificação de visíveis irregularidades e/ou aspectos preocupantes (como exemplo, mais adiante se descreverá a forma na que vários desses projetos pretendem estabelecer-se dentro de territórios coletivos de comunidades indígenas).

Se observarmos mais detalhadamente um dos projetos em execução desde 2002 chamado Procuencia, veremos que para abril de 2006 tinha 3.200 hectares de plantações estabelecidas, 60% de pinus e eucaliptos. Mas, como está sendo levado a cabo o projeto? Vamos fazer referência aos "contratos de contas em participação", figura através da que o projeto envolve os proprietários para que eles disponibilizam as terras nas que se estabelecem as plantações e lhes outorga um empréstimo destinado ao reflorestamento comercial, dinheiro provindo do Certificado de Incentivo Florestal –CIF.

O que antecede significa que o estabelecimento das plantações está sendo financiado com recursos do Estado colombiano, mas ao mesmo tempo o fará com recursos providos da venda de bônus de redução de emissões no quadro do MDL; nesse sentido, esse projeto é um dos mais avançados, senão o mais avançado, na negociação de bônus no país. A respeito desse dinheiro, os proprietários sabem claramente a forma na que se distribuem finalmente os recursos providos do CIF destinados a cobrir porção da dívida adquirida; no entanto não manejam qualquer informação sobre como serão distribuídos os recursos providos dos bônus de carbono, os que chegarão às mãos do projeto e não diretamente dos executores.

De outro lado, entre os atores envolvidos nesse sumidouro estão aqueles identificados no quadro internacional como agentes com claros interesses no negócio e no mercado do carbono; para citar alguns deles, além dos consultores particulares, temos a FAO, que tem sido convocada para cumprir com as funções de administração e assistência técnica com o fim de outorgar transparência ao projeto; além disso, aparecem as grandes ONGs como Conservação Internacional (CI), encarregada do componente de adicionalidade representada no desenho de corredores biológicos. Ao mesmo tempo esta organização e o Banco Mundial aparecem como os dois principais clientes para a venda dos bônus no mercado dos MDL.

Passando agora aos projetos que esperam começar sua execução achamos o correspondente ao Parque Nacional Natural Paramillo, onde desde o início deve questionar-se a realização de uma atividade florestal produtiva dentro de um território cujos usos estão tacitamente restritos à pesquisa, à educação ambiental e ao recreio passivo. O objetivo apresentado neste caso é o estabelecimento de plantações florestais como estratégia para gerar alternativas econômicas para pequenos proprietários, garantir a proteção do parque nacional e fortalecer a conservação, o que é absurdo de conceber ao sopesar esse objetivo com os impactos produzidos pelas plantações florestais, seu manejo, aproveitamento e em geral, pelo modelo ao que estão sujeitas.

Finalmente, estão os projetos desenhados para estabelecer-se em territórios de comunidades indígenas. Um deles está na área plana do departamento de Córdoba, o mesmo onde se localiza o do Parque Paramillo; nele, o objetivo é o estabelecimento de 1.500 hectares de plantações para gerar benefícios econômicos para as comunidades indígenas, devemos supor pertencentes ao povo Zenú que habita essa região.

O outro projeto chamado de "Renascimento de la Orinoquia" quer estabelecer mais de 100.000 hectares de plantações de dendezeiros, pinus, eucaliptos, cauchos e acácias, entre outras espécies, nos lhanos orientais, especificamente no departamento de Vichada, com o presumível objetivo de gerar alternativas econômicas para a população indígena local. O primeiro que chama a atenção aqui é o uso de territórios pertencentes a comunidades indígenas; envolve as áreas de Marandua, Carimagua, Cimarron e o resguardo Wacoyo.

Outro assunto é a falta de especificidade da área a ser utilizada, já que para essa mesma área apresentou-se há alguns meses perante a União Européia a proposta de criar lá o maior sumidouro de carbono do planeta de 3.000.000 milhões de hectares. Essa tarefa esteve a cargo de Carlos Gustavo Cano, atual membro da diretoria do Banco de la República mas antigamente ministro de agricultura encarregado de apresentar a atual lei florestal perante o Congresso, a mesma que eliminou todo o controle que existia para o estabelecimento e manejo de plantações e facilitou o investimento de capital privado na exploração das florestas colombianas.

Os dois últimos projetos representam uma série de ameaças para os territórios e as comunidades indígenas do país. Em primeiro lugar está o cenário criado pela lei florestal, que eliminou as licenças para estabelecer plantações, limitando-se apenas ao registro das mesmas, o que significa que agora não se faz revisão sobre se as monoculturas se superpõem com territórios coletivos, áreas de proteção ou conservação, condições que impossibilitariam esses projetos. O mesmo acontece com o assunto do aproveitamento e manejo das plantações.

De outro lado está a violação do legítimo direito das comunidades indígenas à "Consulta Prévia", o que é atingido durante o presente governo através da criação de uma nova regulamentação que limita a consulta a projetos que requeiram "Licenças Ambientais", o que, como acabamos de ver, foi eliminado para o caso das plantações pela lei florestal. Desse jeito, as comunidades não têm a possibilidade de decidir sobre as atividades pensadas por terceiros para instalar em seus territórios, com os decorrentes impactos que já temos descrito.

Por Diego Alejandro Cardona Calle, CENSAT Agua Viva, Amigos de la Tierra Colombia, correo electrónico: bosques@censat.org

início

- ONGs exigem a exclusão das árvores GM do MDL do Protocolo de Quioto na Convenção Climática

Em 2003, um comitê da 9ª Conferência das Partes (COP9) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês), realizada em Milão, estabeleceu que as árvores transgênicas podiam ser usadas dentro do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em plantações estabelecidas sob a hipótese de compensarem as emissões de carbono das indústrias no Norte industrializado.

Como resposta, uma rede internacional de agrupações se uniu para exigir das Nações Unidas a retirada das árvores GM do Protocolo de Quioto. Elas perceberam que a decisão que possibilitava que as empresas vendessem "créditos de carbono" tinha se tornado ainda mais perturbadora com a inclusão de arriscadas e incertas plantações de árvores GM que seriam usadas como sumidouros de carbono – e isso só pioraria a situação (vide boletim N° 80 do WRM).

A CAN (Climate Action Network), uma rede internacional de ONGs ambientalistas no mundo inteiro que trabalha para promover ações governamentais e individuais a fim de limitar a mudança climática provocada pelo homem, também

tem exigido a exclusão das plantações de monoculturas de árvores do MDL argumentando que as extensas plantações comerciais ameaçam a diversidade biológica, a proteção das bacias e os sustentáveis meios de vida locais. O grupo solicitou, também, a rigorosa exclusão das espécies invasoras exóticas ou as geneticamente modificadas dos projetos de florestamento e reflorestamento do MDL.

Neste ano, a COP12 da Convenção reuniu-se em Nairobi, Quênia, de 6 a 17 de novembro. Mais uma vez, exigiu-se a proibição do uso de árvores geneticamente modificadas nas plantações estabelecidas como sumidouros de carbono.

"A liberação das árvores GM nas enormes plantações para armazenagem de carbono deve ser proibida," afirmou Anne Petermann do Global Justice Ecology Project, explicando que : "O escape de pólen ou sementes das árvores GM em florestas nativas poderia causar impactos ecológicos sérios e totalmente imprevisíveis que podem afetar a capacidade das florestas para armazenar carbono, piorando assim o aquecimento global". Andrew Boswell do Large Scale Biofuels Action Group acrescentou: " Levando em consideração a decisão preventiva sobre árvores GM que a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica tomou em março de 2006, exortamos os países do Sul a permanecerem firmemente cautelosos quanto à adoção dessas tecnologias que não podem controlar e que, provavelmente, não sejam para seu próprio benefício."

Infelizmente, a Convenção serviu como um fórum para os grandes interesses que pouco se importam com o ambiente e as pessoas e muito se importam com o dinheiro (vide as Notícias da COP 12 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em <http://www.wrm.org.uy/actors/CCC/index.html#nairobi>).

Artigo baseado em: "CAN Recommendations: Modalities for Including Afforestation and Deforestation under Article 12", COP 9, Dezembro de 2003; "False & Destructive "Solutions" to Global Warming: Groups Condemn Large-Scale Biofuels, Genetically Engineered Trees & Crops, Monoculture Tree Plantations", Comunicado à Imprensa na Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, Nairobi, Quênia, 16 de novembro de 2006.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

